

N.º: Gp0812-XI  
Proc.º: 30.07.05.01  
Data: 13.12.2018

## **Assunto: Declaração política – Está na hora de apostar na educação**

**Exma. Sra. Presidente; Exmas. Sras. e Srs. Deputados,**

**Exmo. Sr. Presidente, do Governo; Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo,**

O reconhecimento da justiça das pretensões dos professores trouxe, às escolas da RAA, o início de uma pacificação e tranquilidade que o grupo parlamentar do CDS-PP exigia na sua última intervenção sobre ensino e reivindicações dos professores.

A justiça, a legalidade, as reivindicações e o reconhecimento e respeito pelo papel do professor na sociedade, não nos faziam perspetivar outro cenário. A principal e última questão que então colocáramos tinha sido: “quando, senhores membros do governo? Quando Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura?”

Chegou, então, o momento: mais vale tarde do que nunca! E enquanto as partes negociam, foquemo-nos, então, nas questões essenciais do ensino.

Hoje, apesar das muitas discussões, o ensino formal e informal deve muito primeiramente promover aquilo que se designa por competências sociais e comportamentais (as designadas *soft skills*), traduzidas em competências como a comunicação, a adaptação à mudança, a resiliência, a superação da frustração, a capacidade de resolver problemas complexos, o trabalho de equipa / cooperativo, a integração da diferença, o pensamento crítico, a autonomia... (só para citar as mais importantes).

A par, o novo paradigma educativo do século XXI também implica a necessidade de estimular e desenvolver competências técnicas, importantes, sem dúvida, mas num outro patamar e tendo as competências sociais e comportamentais como pedra angular de todo o sistema.

Hoje em dia, educar, ensinar e aprender tem muito menos a ver com a transmissão de conhecimentos – apesar de tudo, o mais fácil de fazer - e tem muito mais a ver com a mediação de um processo de aprendizagem que visa, na sua substância, ajudar os nossos alunos a “aprender a aprender”, a aplicar conhecimentos e a cumprir os valores da cidadania ativa. Estamos, pois, muito, muito, muito longe de modelos que visavam a simples reprodução, memorização ou a conformação acrítica a modelos impostos.

Hoje em dia, fala-se e cumpre-se o derrubar de paredes, grandes espaços para trabalho em grupo, acesso contínuo às novas tecnologias, salas de aula completamente diferentes para os nativos digitais, projetos em vez de disciplinas, recurso educativos que ultrapassam o velhinho manual em papel (mas também o novo manual, já desmaterializado), produção de conteúdos mais do que consumo de conteúdos, flexibilização de currículos, metodologias ativas, empreendedorismo, ensino presencial, ensino à distância (*e-learning*), ensino misto (*b-learning*), “Escola na nuvem”, aprendizagem contínua e ao longo da vida, etc., etc., etc.

Muitos destes princípios, modelos, métodos, estratégias, assentes em teorias mais ou menos atuais, há anos que vão sendo aplicados no nosso país, com mais ou menos sucesso, com mais ou menos resistência, com mais ou menos predisposição à mudança.

Mas a verdade é que o último teste PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), de 2015, regista “Os estudantes Portugueses tendem a ter boas

prestações em tarefas que exigem uma reprodução de conteúdos ensinados na escola. No entanto, não são tão bons ao nível da aplicação criativa de conteúdos. Nesse sentido, as escolas portuguesas ainda não fizeram a transição para o século XXI”.

A par, todos conhecemos os indicadores da educação portugueses. O Eurostat situa-nos em penúltimo quando consideramos a população entre 25 e 64 anos que completou o secundário; regista uma taxa de abandono escolar das mais elevadas de toda a EU (18-24 anos); insiste em taxas de retenção altas demais; percentagens elevadas de alunos que com 15 anos apresentam uma retenção (30%: mais do dobro da média dos países da OCDE), entre outros.

Nos Açores o panorama agrava-se. Sem qualquer satisfação ou gáudio - ao contrário do que já ouvimos dizer da bancada do partido no poder -, temos demasiados indicadores abaixo das médias nacionais e/ou na cauda dos resultados por região.

E os dados de 2016 e 2017 não enganam: taxa de abandono precoce de educação e formação 28% (mais do dobro que a média do país – 13%); classificação a Português, média interna final e de exame, as médias mais baixas do país (12,5 e 10,3, respetivamente); classificação média de exame a Físico Química A, a Geografia A, a História A, todas médias de exame mais baixas do país... e avancemos para outro tipo de indicadores... população com 15 ou mais anos sem o ensino secundário 70% (61% no país); população com 15 ou mais anos com o ensino superior 13% (18% no país); proporção de pessoas, entre os 18 e os 64 anos, que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida 30,9% (50,2% em Portugal); proporção de pessoas, entre os 18 e 64 anos, que conhece pelo menos

uma língua para além da materna, 61,8% (estamos em último lugar, no contexto do país)...

Face a estes dados, não podemos deixar de exclamar:

- mais de 40 anos de autonomia e mais de 20 anos de Governo do PS e ainda não somos capazes de nos catapultar para os lugares cimeiros dos indicadores

- mais de 40 anos de autonomia e mais de 20 anos de governo do PS e ainda temos a população menos escolarizada, os menores índices de frequência do ensino superior, de aprendizagem ao longo da vida e de conhecimento de uma 2ª língua para além da materna.

A pergunta que agora se impõe é: até quando Srs. Membros do Governo? Até quando Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura?

Está na hora de definir e apostar na educação como pilar de um verdadeiro e sustentável desenvolvimento regional; está na hora de apresentarmos resultados!

**Rute Gregório**